



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

PARÁGRAFO SEGUNDO

01/04/2019

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2014

Aos 07 (sete) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezenove (2019), de um lado a **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS**, CNPJ nº 26.989.715/0014-27, situada na Avenida Olinda, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes, em Goiânia – GO., neste ato representada por seu Secretário Estadual, RICARDO ANTONIO BUENO, casado, cédula de identidade nº 726.710 - SSP/GO e CPF nº 233.700.411-20, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 34 e art. 41, XXIII, ambos do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR /MPF nº 382 de 05/05/15, combinado com a Portaria PR/GO nº 323 de 05/10/2017, doravante designada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **FLORART PAISAGISMO LTDA**, CNPJ nº 36.831.212/0001-68, estabelecida na Rua 88, nº 693, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP: 74.085-115, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por MARCELO BUENO FERNANDES, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro agrônomo, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.455.416, SSP-GO., inscrito no CPF sob o nº 324.181.401-72, residente e domiciliado na Rua 1, nº 408, QD-CH, Lote 03, Vila São João, Goiânia – GO., CEP 74.815-420, conforme 11ª Alteração Contratual, juntada ao processo, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força deste instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto nº 2.271, e com o Processo PR/GO nº 1.18.000.003639/2014-61, o presente Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2014, cujo regime é o de execução indireta, empreitada por preço global, conforme definido no edital do Pregão nº 15/2014, da PR/GO, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade a adequação quantitativa do objeto do Contrato nº 17/2014, mediante a SUPRESSÃO do posto de engenheiro agrônomo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

O valor mensal do contrato, após a supressão, é R\$ 4.538,52 (quatro mil quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A importância ora estabelecida corresponde ao valor mensal do contrato vigente com decréscimo de 12,45% (doze vírgula quarenta e cinco por cento).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os efeitos financeiros decorrentes do decréscimo vigoram a partir de 01/04/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

A adequação do objeto do Contrato 17/2014, com a supressão do quantitativo do posto de engenheiro agrônomo tem por escopo dar cumprimento ao determinado pela Administração da CONTRATANTE, nos termos do Memorando nº 111/2019/CA/PRGO (expediente UNICO PR-GO-00007262/2019), e encontra amparo legal no artigo 65, inciso I da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Administrativo nº 1.18.000.003639/2014-61.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, naquilo que não contrariem o presente aditivo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Goiânia, 07 de março de 2019.


Pela **CONTRATANTE**:



RICARDO ANTONIO BUENO

Pela **CONTRATADA**:


MARCELO BUENO FERNANDES

Testemunhas:


Antônio Carlos V. Matos Oliveira
CPF 238.022.275-49


Hélio Duailibe Britto
CPF 469.566.621.91

Aprovo em 07/03/2019


Chefe da PR/GO